

Presidente do Senado derruba MP e rejeita mudar PIS/Cofins

Setor privado pressionou contra restrição ao crédito tributário

DE BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu devolver parte da medida provisória que limitava o uso de créditos decorrentes da tributação do PIS/Cofins pelas empresas. Segundo ele, "cessam imediatamente" os efeitos do trecho recusado.

O anúncio responde às queixas do setor produtivo, que reclamava desde a semana passada de que o texto onerava todas as atividades econômicas, inclusive exportadores.

A devolução representa uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que propôs a medida como compensação à desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores que mais empregam no País e das prefeituras.

SETORES REAGEM

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reação contra a MP "faz parte da democracia". Mas disse também que, ao rejeitar a medida, o Senado assumiu a responsabilidade de encontrar uma alternativa. Pouco antes do anúncio feito pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), representantes do setor privado em peso se aglomeraram em frente ao gabinete do senador. Siderurgia, têxtil, máquinas, petróleo e gás, calçados e o agronegócio, de carnes, frango e óleo de soja mandaram emissários na tentativa de dar sinais claros sobre o "descontentamento do PIB" com a medida provisória. Após o anúncio de Pacheco, representantes de empresários disseram que estão dispostos a discutir com o governo alternativas para compensar a desoneração da folha de pagamentos.

A expectativa era de reforçar o caixa do governo em até R\$ 29,2 bilhões - acima dos R\$ 26,3 bilhões de impacto com a desoneração da folha em 2024, segundo a Fazenda. Depois do anúncio, Haddad disse que não tem "plano B" para a renúncia fiscal.

Pacheco afirmou que a au-

sência de carência para a entrada em vigor de uma medida que tem impacto no caixa das empresas fere a Constituição. "O que se observa em parte dessa medida provisória, e na parte substancial dela, é que há uma inovação, com alteração de regras tributárias que gera um enorme impac-



Jaques Wagner com Pacheco: presença de senador petista indica negociação com Lula e revés a Haddad

to ao setor produtivo nacional, sem que haja a observância dessa regra constitucional da noventena".

A outra parte, que trata do cadastro de beneficiários de incentivos tributários e da instância de julgamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), foi mantida.

O anúncio foi feito ao lado do líder do governo no Senado, Jaques Wagner

(PT-BA), num indicativo de que a saída foi tratada com o governo. "O presidente externou que não estava confortável claramente, e Vossa Excelência teve a capacidade de encontrar um caminho legal e constitucional", disse Wagner.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Por decisão do Congresso, a

política foi prorrogada até 2027, mas foi suspensa por decisão liminar do STF em ação movida pelo governo, com o argumento de que o Congresso não indicou a fonte de receita para bancar a renúncia. Posteriormente, Haddad anunciou acordo para manter a desoneração em 2024, com a volta gradual de alíquotas a partir de 2025. (Estádio Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: b Pagina: 1